

(ORGANIZADOR)

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA

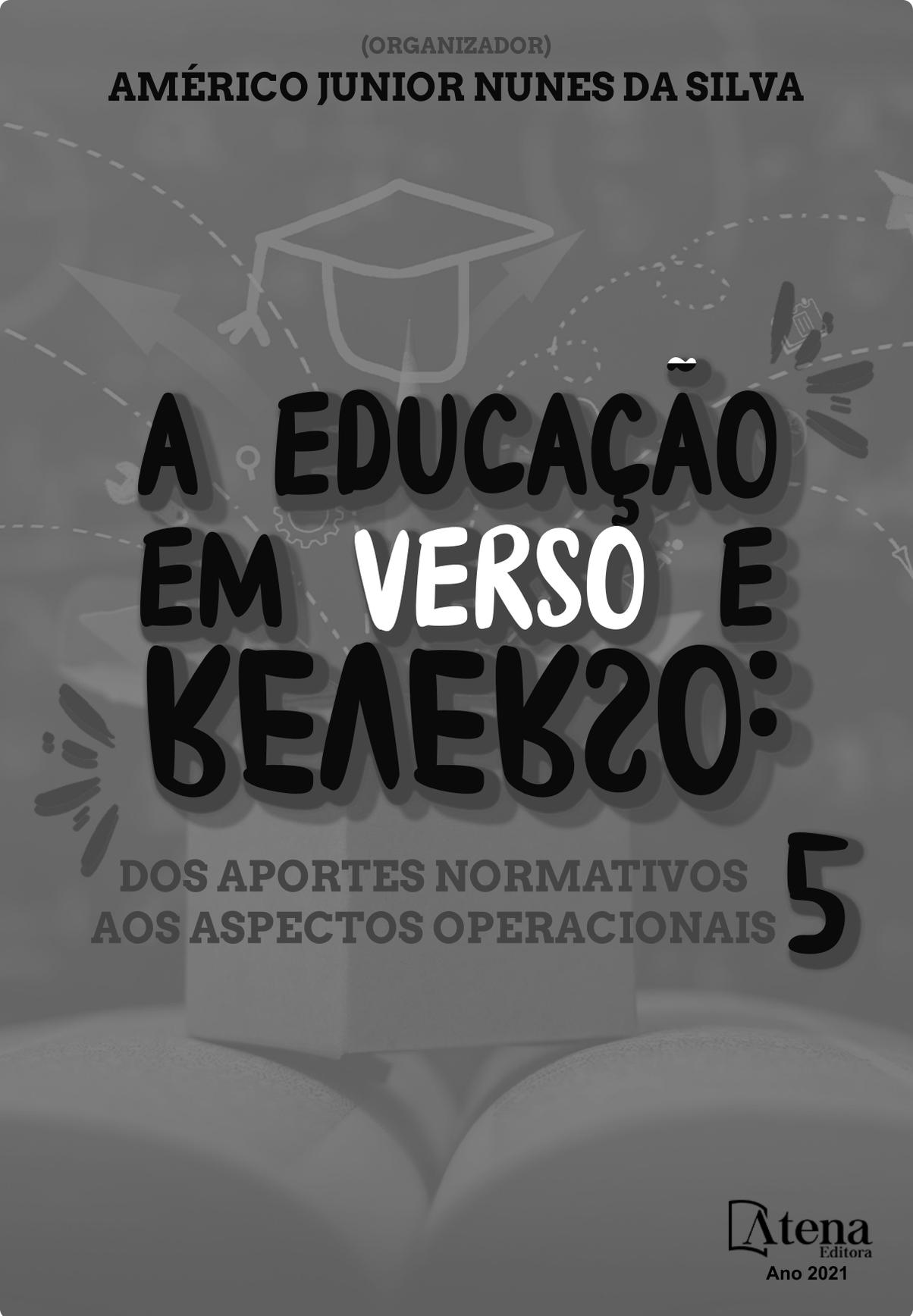
A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

5

(ORGANIZADOR)

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA



A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

**DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS**

5

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

iStock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angéli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembí Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Sullivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

A educação em verso e reverso: dos aportes normativos aos aspectos operacionais 5

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Maiara Ferreira
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação em verso e reverso: dos aportes normativos aos aspectos operacionais 5 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-233-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.330210907>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a (re) pensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro.

As discussões empreendidas neste livro, intitulado “***A Educação em Verso e Reverso: Dos Aportes Normativos aos Aspectos Operacionais***”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re) pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Na direção do apontado anteriormente, é que professoras e professores pesquisadores, de diferentes instituições e países, voltam e ampliam o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade. É um desafio, portanto, aceito por muitas e muitos que fazem parte dessa obra.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestradas, doutores ou doutoras que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A ESCOLA NA PRISÃO OU A PRISÃO NA ESCOLA: CONCEITOS EDUCACIONAIS NOS CONTEXTOS PRISIONAIS

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues

Rita de Cássia da Silva Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109071>

CAPÍTULO 2..... 10

A LUDICIDADE NA PRODUÇÃO DE JOGOS COMO INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA ESCOLA MANOEL GOMES

Lucimar Brito da Silva Mayer Lira

Gabriel de Miranda Soares Silva

Verônica Ramos de Assis Rocha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109072>

CAPÍTULO 3..... 18

A OBSERVAÇÃO NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO: UMA ABORDAGEM SOBRE A IMPORTÂNCIA

Alcindo Ferreira Mendes Neto

Marla Camille Carvalho de Oliveira

Francisco Diogo Lopes Filho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109073>

CAPÍTULO 4..... 26

LETRAMENTO EM MARKETING EM AVALIAÇÕES DO 3º. CICLO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Jônio Machado Bethônico

Daniella Milagres Henriques Amaral

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109074>

CAPÍTULO 5..... 46

O ENSINO-APRENDIZAGEM DO LÉXICO POR UMA PERSPECTIVA CULTURAL

Lúcia Helena Ferreira Lopes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109075>

CAPÍTULO 6..... 57

RESIDÊNCIA EDUCACIONAL: NOVA DIRETRIZ PARA OS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS NOS CURSOS DE LICENCIATURA

Maria Lucia Morrone

Marina Ranieri Cesana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109076>

CAPÍTULO 7	69
O TRABALHO COM O TERRITÓRIO EM ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	
Valter de Almeida Costa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109077	
CAPÍTULO 8	82
RELATO DE EXPERIÊNCIA DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: MINICURSO SEGURANÇA, ÉTICA E CIDADANIA NA INTERNET	
Taita Lima do Nascimento	
Claudia Ferreira de Almeida	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109078	
CAPÍTULO 9	90
A EDUCAÇÃO DOS JOVENS ENTRE A LIBERDADE E A AUTORIDADE: REFLEXÕES PEDAGÓGICAS SOBRE OS ADELFOFOS DE TERÊNCIO	
Marcello Peres Zanfra	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109079	
CAPÍTULO 10	104
IMPORTÂNCIA DO PIBID NA FORMAÇÃO DOS DISCENTES DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO – CAMPUS SÃO ROQUE (SP)	
Márcio Pereira	
Iohana Barbosa Pereira	
Frank Viana Carvalho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090710	
CAPÍTULO 11	116
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E INOVAÇÃO METODOLÓGICA: OFERTA PARA DISCIPLINAS PRESENCIAIS	
Luciana de Lima	
Robson Carlos Loureiro	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090711	
CAPÍTULO 12	128
O USO DA HISTÓRIA EM QUADRINHOS COMO DIDÁTICA DE ENSINO E APRENDIZAGEM	
Sérgio Alberto Pereira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090712	
CAPÍTULO 13	143
SATISFAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM ALTAMIRA-PA	
Jakson José Gomes de Oliveira	
Ana Lúcia Almeida de Oliveira	
José Luis Speroni	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090713	

CAPÍTULO 14.....	152
DESAFIOS DO ENSINO SUPERIOR EM PLENA PANDEMIA: CONCILIAÇÃO É UMA POSSÍVEL SAÍDA	
Gualter Cres Fernandes Matheus Cres Fernandes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090714	
CAPÍTULO 15.....	163
A MONITORIA NA FORMAÇÃO DOCENTE DOS ESTUDANTES DE LICENCIATURA EM LETRAS/ESPANHOL	
Amanda dos Santos Almeida Simone Braz Ferreira Gontijo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090715	
CAPÍTULO 16.....	173
A QUALIDADE COMO EVOCAÇÃO E A REGULAMENTAÇÃO COMO IMAGEM DOS ATORES	
Tuca Manuel	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090716	
CAPÍTULO 17.....	185
AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO E CARREIRA DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA	
Maria da Conceição Barbosa Rodrigues Mendes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090717	
CAPÍTULO 18.....	197
DESNATURALIZAÇÃO, ESTRANHAMENTO E A SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: POSSIBILIDADES ATRAVÉS DA POÉTICA/TEATRO DO OPRIMIDO DE AUGUSTO BOAL	
Wiliam Marques Dias	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090718	
CAPÍTULO 19.....	210
UM OLHAR ETNOMATEMÁTICO SOBRE AS DIMENSÕES SOCIOCULTURAIS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS DO MARANHÃO	
Sérgio Roberto Ferreira Nunes Márcia Cristina Gomes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090719	
CAPÍTULO 20.....	225
“MAS, POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS?": ESTUDOS E PESQUISAS DESENVOLVIDAS PELO GEPTE/UFMT	
Anatália Daiane de Oliveira Ramos Eva Emília Freire do Nascimento Azevedo Edson Caetano	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090720	

CAPÍTULO 21	236
NOVAS ESTRATÉGIAS DE ENSINO PARA (RE)PENSAR A EDUCAÇÃO: A EDUCAÇÃO 4.0	
Cláudia Rodrigues	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090721	
CAPÍTULO 22	251
A COR NAS SUPERFÍCIES ARQUITETÔNICAS PATRIMONIAIS: AS PINTURAS MURAIS DA ANTIGA PREFEITURA DE SÃO CRISTÓVÃO SE/BR	
Eder Donizeti da Silva	
Adriana Dantas Nogueira	
Rogério Machado	
Tainá Gomes dos Santos	
Gabriella de Melo Rabelo	
Maisa da Silva Rocha	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090722	
CAPÍTULO 23	270
NEOLIBERALISMO: O NEOSSUJEITO E SUAS IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	
Chayene Straykyver Pastori de Lima	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090723	
CAPÍTULO 24	278
IMPORTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: ANÁLISE E DESAFIOS (1980-2015)	
Ivan da Costa Ilhéu Fontan	
Renata Guimarães de Oliveira Fontan	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090724	
CAPÍTULO 25	291
A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS NA EXPANSÃO DO ENSINO PRIVADO EM ALAGOAS	
Gabriel Soares de Azevedo Filho	
Jacy de Araújo Azevedo	
Ana Carolina de Araújo Azevedo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090725	
SOBRE O ORGANIZADOR	302
ÍNDICE REMISSIVO	303

CAPÍTULO 14

DESAFIOS DO ENSINO SUPERIOR EM PLENA PANDEMIA: CONCILIAÇÃO É UMA POSSÍVEL SAÍDA

Data de aceite: 21/06/2021

Data da submissão: 30/03/2021

Gualter Cres Fernandes

Faculdade Galileu
Botucatu – SP

<http://lattes.cnpq.br/6703528061389336>

Matheus Cres Fernandes

UNIP
Bauru – SP

<http://lattes.cnpq.br/3420738960955481>

RESUMO: Desde o seu surgimento até se tornar uma epidemia de nível global, a Covid-19 obrigou o sistema educacional brasileiro a se adaptar e migrar rapidamente ao método de ensino à distância (EAD), justificando o presente trabalho apresentado. A portaria de nº 544 disponibilizada pelo Ministério da Educação ofertou duas possibilidades ao ensino superior brasileiro: suspensão do ensino/aprendizagem durante o período da Pandemia que deverão ser integralmente repostas no futuro ou a substituição das aulas presenciais por aulas remotas, mantidos os calendários e horários regulares dos cursos. Contudo, não foi levado em consideração o exacerbado desequilíbrio social enfrentado atualmente no Brasil, tão pouco a dificuldade territorial de acesso à internet. Mesmo diante de tais fatos, o MEC, até o presente momento, não apresentou uma solução viável para esse tipo de problema. O que na prática, está ocasionando uma desistência de alunos em massa das

instituições de ensino superior. Uma solução, buscada por muitos alunos, para resolver esse problema é tentar procurar no judiciário um alento para diminuir as dificuldades econômicas também causadas pela pandemia. Assim, juízes estão concedendo –baseados no art. 317 do Código Civil - desconto entre 30 a 50 por cento da mensalidade em cursos que foram forçados a migrar para o ensino à distância durante essa crise. Esse presente resumo objetiva, para tentar frear esse tipo de problema, indicar que medidas conciliadoras sejam estimuladas para que seja possível chegar a um acordo benéfico para ambos os lados. O método utilizado é o dedutivo e a pesquisa é bibliográfica.

PALAVRAS - CHAVE: educação, Covid-19, ensino superior, conciliação.

CHALLENGES OF UNIVERSITY EDUCATION IN PANDEMICS TIME: CONCILIATION IS A POSSIBLE EXIT

ABSTRACT: Since its emergence until it became a global epidemic, Covid-19 forced the Brazilian educational system to adapt and quickly migrate to the distance learning method (EAD), justifying the present work. Ordinance No. 544 made available by the Ministry of Education offered two possibilities for Brazilian higher education: suspension of teaching / learning during the Pandemic period, which should be fully restored in the future, or the replacement of face-to-face classes with remote classes, keeping calendars and schedules regular courses. However, the exacerbated social imbalance currently faced in Brazil was not taken into account, nor was the

territorial difficulty of accessing the internet. Even in the face of such facts, the MEC, to date, has not presented a viable solution to this type of problem. What in practice, is causing a massive dropout of students from higher education institutions. One solution, sought by many students, to solve this problem is to try to look to the judiciary for encouragement to reduce the economic difficulties also caused by the pandemic. Thus, judges are “granting” - based on art. 317 of the Civil Code - a discount of between 30 and 50 percent of tuition in courses that were forced to migrate to distance learning during this crisis. This summary is intended, in an attempt to curb this type of problem, to indicate that conciliatory measures are encouraged so that it is possible to reach a beneficial agreement for both sides. The method used is the deductive and the research is bibliographic.

KEYWORDS: education, Covid-19, university education, conciliation.

1 | INTRODUÇÃO

O ano de 2020 foi um ano divisor de águas para o mundo inteiro. Uma pandemia que teve o seu início em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan (China) se alastrou rapidamente por todo o planeta e provocou mudanças de tais magnitudes nunca percebidas. No Brasil, por exemplo, o COVID-19 começou a alastrar-se no final de fevereiro. E já no início de março houve declarações de transmissões comunitárias e, conseqüentemente, o registro de sua primeira vítima.

Em abril, com o grande avanço da enfermidade, medidas drásticas foram tomadas por inúmeros governos (estaduais e municipais) como isolamento/distanciamento social, *lockdown*, e uso de recursos de proteção sanitária, como máscaras e *face shield*. Assim como linhas de créditos e financiamentos para as empresas foram criados pelo governo federal para remediar os efeitos nefastos que se alastravam por toda a economia mundial e, principalmente, na brasileira. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do auxílio emergencial foi enviada e aprovada pelo Congresso Nacional e funcionou para remediar, por ora, a queda brusca da atividade econômica. E apesar dos esforços e de uma melhor da economia em “V” no terceiro e quatro trimestres, o PIB teve uma queda recorde de 4,1% no ano de 2020.

Em dezembro de 2020, o número de mortes nos Brasil causadas pelo COVID-19 estava por volta de 191.000, sendo que segunda a rede de jornais BBC News, este número poderia ser 50% maior ocasionados por subnotificações e pelas dificuldades de entender as origens metodológicas dos dados disponibilizados pelo governo federal. Ou seja, além da pandemia, estamos enfrentando um problema sério de transparência, com forte tendência de que os números apresentados tenham sido maquiados para esconder uma realizada muito pior do que a atual.

Nesse cenário fechamentos distanciamento social e fechamento de comércios e instituições, um dos setores mais drasticamente afetados foi o educacional. Com o fechamos de escolas desde o ensino primário até o superior para promover a tentativa de frear a propagação do vírus. Estes acontecimentos influenciaram fortemente no

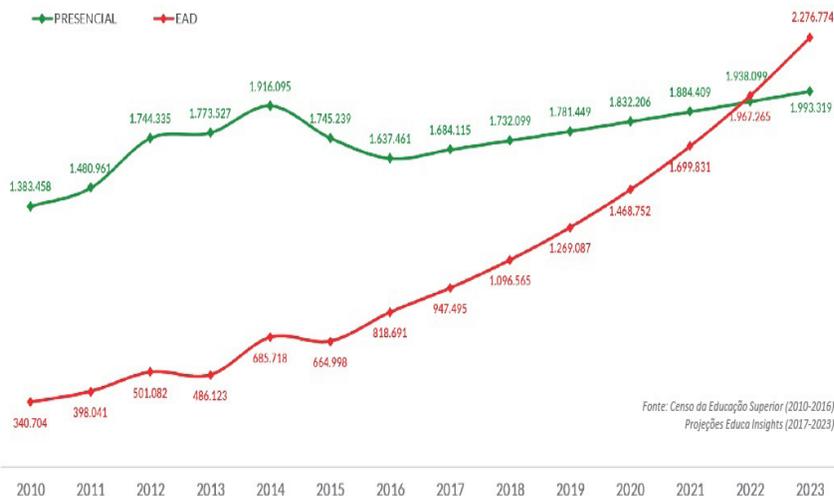
desenvolvimento da continuidade dos processos de ensino-aprendizagem. As escolas e Instituições de Educação Superior (IES) fecharam suas “portas” e, frente a essa realidade, tiveram que reinventar-se por meio do Ensino Remoto Emergencial (ERE) – entendido como a continuidade das atividades por meios virtuais, seja com interações síncronas ou assíncronas (ARRUDA, 2020).

Diante deste contexto apresentando e pelas restrições sanitárias impostas pelas diversas esferas governamentais e pelo impedimento da continuidade das atividades presenciais nas instituições educativas, ocasionou-se um cenário totalmente inédito e inesperado para o atual momento – o (ERE). Segundo dos Santos e col. (2020), essa modalidade exigiu do corpo docente e dos gestores educacionais uma rápida tomada de decisão para continuar a efetivar o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, bem como adaptar-se à utilização das tecnologias digitais para um viés didático-pedagógico. Lamentavelmente, a desigualdade social intrínseca brasileira mostrou o seu pior lado e foi somente acentuada. Os recursos tecnológicos de acessibilidades à internet somente são usufruídos por parte da população. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019), cerca 40% da população possui microcomputador com acesso à internet nos domicílios e, aproximadamente, 59% possuem smartphones com pacote de dados móveis.

No ensino superior, principalmente nas universidades públicas, a queda de renda ocasionada pela crise instaurada pela pandemia obrigou diversas instituições a promoverem políticas assistenciais aos seus estudantes para que eles possam ter condições mínimas para assistirem às aulas remotamente. Tais ajudas refletem a busca de garantia de educação e estão pautas e vários princípios constitucionais, entres eles estão o princípio da equidade, onde o Estado tem a obrigação de dar iguais condições a todos os estudantes para que possam dar continuidade ou início aos seus estudos.

2 | DIFICULDADES DE CONCILIAR OS ESTUDOS

O Brasil nos últimos anos está passando em uma fase crescente no aumento de alunos que estudam a distância (EAD). Como é demonstrado no gráfico abaixo.



Projeções da educação EAD

Percebe-se pelo gráfico que a curva da EAD (vermelha) tem um aumento significativo após o começo da pandemia, pois muitas pessoas que procuravam faculdades presenciais migraram para a modalidade EAD. Provavelmente se essa crescente na curva continuar as faculdades não presenciais serão maioria já no ano de 2023.

Contudo, percebemos que as pessoas que optaram por esse método de estudo têm facilidade em conciliá-la com sua vida, de utilizá-la da melhor forma, escolheram por saberem mexer nas ferramentas de estudo, poderem estudar em casa e economizarem tempo de traslado.

Contudo, quando ocorreu o *lockdown* todos os alunos que estudavam do modo presencial tiveram que migrar para o EAD ou paralisarem os estudos, a grande parte das faculdades optaram em conciliar o formato à distância em quase todas as matérias e manterem somente as aulas em laboratório de cursos cujo uso desta ferramenta sejam imprescindíveis.

Alunos que nunca estudaram sem ser da forma presencial foram pegos de surpresa e acabaram tendo que se adaptarem ao novo modo de estudo, porém muitos até hoje, mais de um ano após início de pandemia, não se acostumaram ao novo meio. Muito que não conseguiram se adaptar a essa nova sistemática simplesmente desistiram do curso e optaram por aguardar o retorno das aulas presenciais.

A ansiedade está sendo um dos grandes males que a pandemia está trazendo, advindo principalmente do isolamento social- uma das medidas preventivas adotadas. O número de brasileiros com ansiedade nunca foi baixo, segundo um relatório recente da

Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 10 % dos brasileiros sofrem com esse mal, e a tendência é de ter um exorbitante crescimento com os males causados pela pandemia.

É uma realidade do Brasil, muitos alunos não têm acesso à internet e isso é demonstrado pela pesquisa feita pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) que demonstra que 57,8% têm dificuldade com a conexão da internet; 32,3% têm dificuldade por limite de dados e 39,3% têm dificuldade com a ferramenta. A pesquisa foi feita com quase 6 mil alunos de escolas públicas. Contudo, pode-se usá-la como base para os alunos do ensino superior.

Essas dificuldades não foram somente vistas nos alunos, também foram reconhecidas nos professores que tiveram que mudar a forma de ensino e sua rotina de trabalho. Os docentes tiveram que conciliar todo esse método novo de ensino (para a grande maioria) com suas tarefas rotineiras, e muitos sofrem até hoje com ansiedade e depressão advindo da pandemia que proporcionou um alto grau de isolamento e uma avalanche de *fake news*.

3 | DESIGUALDADES X ESTUDOS

O Ministério da Educação Brasileiro promulgou- excepcionalmente e em caráter de urgência- a portaria nº 343 de março de 2017 que indica a substituição das disciplinas presenciais por aulas mediadas por Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), com a finalidade de flexibilizar o ensino à distância (EAD) para o sistema de educação federal, exceto para os cursos de Medicina e para os estágios em laboratório dos demais cursos da área da saúde (algo que foi também flexibilizado por outras portarias). Para suprir essa nova demanda por tecnologia, o Ministério da Educação brasileiro a capacidade de web conferências nas universidades e institutos federais, multiplicando por três a capacidade de salas virtuais.

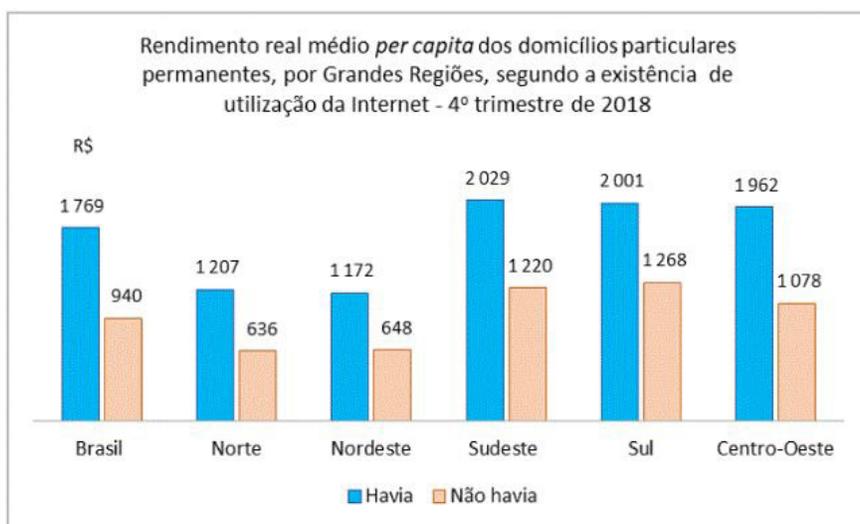
O maior desafio enfrentado pela rápida expansão do EAD causada pela pandemia é, sem dúvida, a exacerbada desigualdade social que enfrentamos. Cavalcante e col. (2020) afirmam que a falta ou a precarização de infraestrutura, de acesso à internet e de competências para a utilização das TIC pode também fragilizar o processo de ensino e aprendizagem. A inserção de novas tecnologias pressupõe enfrentar o desafio de desenvolver novas competências para as quais nem todos os discentes e docentes estão preparados.

Referente à dimensão infraestrutura, pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que um a cada 4 brasileiros não tem acesso à internet no país (exatos 20,9%) e que o rendimento médio per capita daqueles em que havia utilização da Internet era quase o dobro do rendimento dos que não utilizavam a rede. Ou seja, a desigualdade social é um fator limitante de aprendizagem.

A pesquisa também mostrou que nos 14.991 mil domicílios do País em que não havia utilização da Internet, os três motivos que mais se destacaram (84,4%) foram: falta

de interesse em acessar a Internet (34,7%), serviço de acesso à Internet era caro (25,4%) e nenhum morador sabia usar a Internet (24,3%). Em outros 7,5% das residências os moradores disseram que não havia disponibilidade de rede na área do domicílio e 4,7% deram como justificativa o alto custo do equipamento eletrônico para conexão.

O gráfico abaixo mostra a relação direta entre renda e utilização de internet. Quanto maior a renda, maior é a inclusão digital do indivíduo. Acarretando, conseqüentemente, uma maior inclusão acadêmica. Infelizmente, a crise causada pelo coronavírus tende a derrubar a renda do brasileiro. Segundo uma pesquisa realizada pela Consultoria MB Associados, a distribuição de renda no país tem piorado desde 2014, no início da última recessão brasileira, mas o movimento foi intensificado pela pandemia. A MB estima que as classes D e E devem representar 57,5% dos domicílios em 2021, contra 51,9% em 2014. O que representa um aumento de mais de 10% na queda de renda.



Rendimento real médio per capita dos domicílios

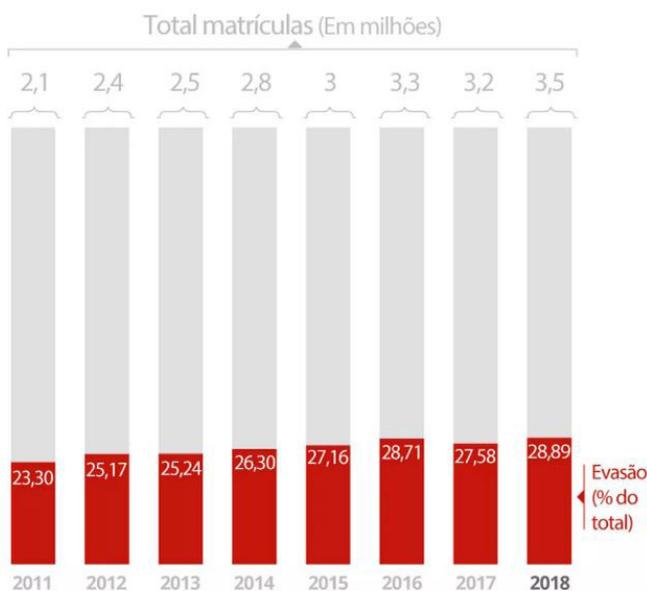
A MB calcula um aumento de 12% (11,9 milhões de pessoas) nas Classes D e E entre 2019 e 2021, ante uma redução de 2% na classe média. No período, a classe C deve ter queda de 1,36 milhão de pessoas, a classe B, queda de 723 mil e a classe A, de 590 mil.

Essa previsão leva em conta, principalmente, o fim do auxílio emergencial de R\$ 600,00 pago pelo governo federal e a demora do governo em anunciar ou estender o pagamento de um novo auxílio. Tudo isto somado com uma exorbitante inflação – o IGP-M encerrou 2020 com alta acumulada de 23,14% tende a dificultar o acesso à educação ou provocar uma onda de desistências de alunos no Ensino Superior. Com a alta da inflação e a queda de renda, a saída para muitos alunos é postergar o sonho de concluir a graduação.

Segundo projeções da MB de 2021, a queda de renda prevista para os próximos

anos será mais sentida nos estados do Norte e do Nordeste do país, onde se concentram 50% das classes D e E do Brasil, e apenas 18% da classe A. Acentuando ainda mais a desigualdade regional enfrentada no Brasil. Esse cenário de incertezas na economia causa pelo COVID-19 somado com a queda de rendimento e alta do desemprego devem contribuir com a abandono, evasão e queda de matrículas no ensino superior. Na rede privada de ensino, que representa quase 80% dos universitários – o impacto econômico deve ser notado diretamente nas mensalidades.

Entre 2017 e 2018, o índice de alunos que desistiram ou abandonaram a faculdade aumentou de 27,5% para 28,8%. Ainda não estão disponíveis os dados de 2019 e 2020. Contudo, o economista Rodrigo Capelato, diretor-executivo do Semesp estima que o índice chegue a 35%. O que poderia representar a desistência de 461 mil alunos nas redes particulares de ensino superior por causa da pandemia.



Censo do Ensino Superior/Inep

A consequência dessa evasão em massa seria um “apagão” da já escassa mão de obra qualificada nos anos vindouros, justamente no momento em que o país precisada de profissionais qualificados para reerguer a economia fragilizada pela pandemia.

4 I CONCILIAÇÃO É UMA POSSÍVEL SAÍDA

Uma saída, buscada por muitos alunos quando não conseguem entrar em acordo com a universidade, para resolver esse problema é tentar procurar no judiciário um alento para diminuir as dificuldades econômicas também causadas pela pandemia.

Assim, juízes estão concedendo – baseados no art. 317 do Código Civil - desconto entre 30 e 50 por cento da mensalidade em cursos que foram forçados a migrar para o ensino à distância durante essa crise. O artigo em tela nos explica que quando, por motivos imprevisíveis, sobrevier desproporção manifesta entre o valor da prestação devida e o do momento de sua execução, poderá o juiz corrigi-lo, a pedido da parte, de modo que assegure, quanto possível, o valor real da prestação. É de conhecimento de todos que a pandemia causada pelo COVID-19 se trata de um motivo imprevisível, pois nenhum Estado do planeta estava preparado para esse desafio. Também podemos concluir que a mudança de modo de ensino do presencial para a modalidade EAD costuma diminuir os custos do serviço e, em regras, as mensalidades do curso EAD costumam ser bem menores do que no presencial. Assim, se não houver uma diminuição de ofício por parte da universidade, a relação de prestação de serviço tenda a virar uma desproporção manifesta. Tendo o aluno direito de buscar o judiciário para concertar corrigir o valor da prestação.

Contudo, devido a famigerada fama do judiciário na mora de suas conclusões, podendo levar meses ou anos para concluir esse tipo de processo, esse tipo de solução não é muito recomendado para o aluno que tem pressa de resolver essa problemática e continuar a estudar o seu curso de graduação.

Para mitigar a problemática da evasão estudantil no ensino superior se sugere o uso das ferramentas de mediação e conciliação, sejam através do poder judiciário, sejam realizadas de forma particular.

Com origem na palavra latina conciliare, a conciliação significa atrair, ajudar, harmonizar. Conhecida por ser um meio alternativo de pacificação social, no qual a população busca sanar as diferenças, através de um terceiro, que costuma se chamar conciliador.

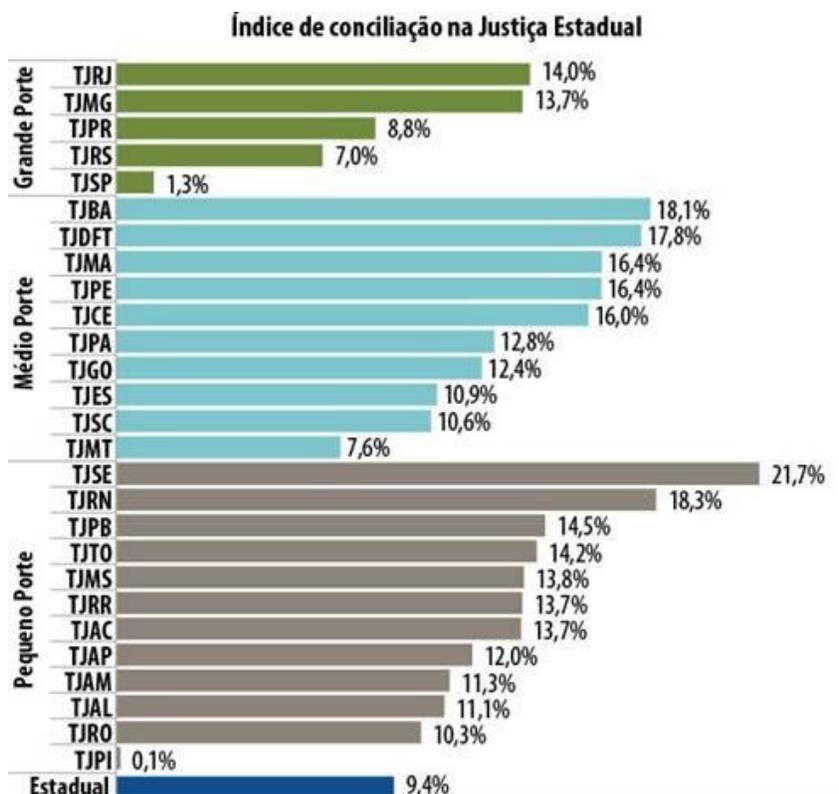
A conciliação é, pois, muito semelhante à mediação, distinguindo-se pela forma de condução do diálogo entre as partes. Já a Mediação é também uma forma de resolução de conflitos, onde um terceiro, também parcial e neutro, chamado mediador, facilita a comunicação entre as pessoas, identificando as questões conflitivas, na busca de uma composição satisfatória para as partes. A conciliação se diferencia da mediação, no sentido de buscar soluções imediatas para a demanda, ignorando os fatos que geraram o conflito³⁸ (CACHAPUZ, 2011, p. 16).

O novo Código de Processo Civil de 2015, com o objetivo de reduzir o número de demandas processuais, previu, em seu bojo, os meios alternativos de solução de conflitos, entre eles estão a arbitragem, a conciliação e a mediação (§ 1º e § 3º do art. 3º).

Estabelecendo como dever do Estado promover, desde que possível, a solução consensual dos conflitos, a ser incentivada por todas as instituições ligadas à justiça, antes ou durante o processo. Conceituou, ainda, o papel do conciliador e do mediador e suas atribuições, prevendo, expressamente, que o juiz deverá buscar a conciliação a qualquer tempo (art. 319, inciso VII).

O uso dessas metodologias está inserindo implicitamente em todo o Novo Código Civil no uso quase obrigatório do princípio da eficiência: “Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência” (art. 8º do CPC/2015).

O uso do princípio da eficiência fica mais evidente quando analisamos o índice de conciliação na Justiça Estadual. Como é possível perceber, 9,4% dos processos de conciliação e mediação foram resolvidos e desafogaram as vias tradicionais do judiciário. Resultado em economia de tempo, servidores, e conseqüentemente, de dinheiro.



Índice de Conciliação na Justiça Estadual

Assim, a sugestão desse trabalho é de que as universidades organizem seus próprios centros de conciliação e mediação in loco, ou seja, dentro dos próprios campi. Sendo sugerido a participação paritária entre alunos, professores e gestores. Destarte, além de inserir o estudante e ensiná-lo a tratar as lides processuais de maneira mais rápida e eficiente, as universidades terão a chance, também, de resolver os seus próprios problemas internos dentro de laboratório de conciliação. E também, quem sabe, de abrir esse espaço para lides relacionadas à comunidade local. Assim, todos ganham: os alunos, a faculdade e a comunidade local.

Podemos concluir que o uso de laboratório de conciliação criados dentro dos próprios campi universitários tenderão a dar potencialidade no princípio da eficiência e a diminuir o uso do poder judiciário e também diminuir, de maneira satisfatória, o percentual de desistências e trancamento de matrículas causados pela pandemia.

REFERÊNCIAS

Ansiedade e depressão na pandemia: entenda o crescimento nos casos em como pedir ajuda.

Hospital Santa Monica. 20 de julho de 2020. Disponível em: <<https://hospitalsantamonica.com.br/ansiedade-e-depressao-na-pandemia/>>. Acesso em: 25/03/2021.

ARRUDA, E. P. “**Educação Remota Emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19**”. *EmRede - Revista de Educação a Distância*, vol. 7, n. 1, 15 maio 2020.

BANDEIRA, Regina. **Relatório Justiça em Números traz índice de conciliação. Notícia CNJ**, Brasília, 14 de Outubro de 2016. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/relatorio-justica-em-numeros-traz-indice-de-conciliacao-pela-1-vez/>>. Acesso em: 25/03/2021

BIERNATH, André. **Mortes por covid-19 no Brasil estão 50% acima do que apontam dados oficiais, calculam especialistas. BBC News Brasil**, São Paulo, 30 de dezembro de 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55481551>>. Acesso em: 25/03/2021.

CACHAPUZ, Rozane da Rosa. **Mediação nos conflitos & Direito de família**. 1ª ed. Em 2003. 4ª reimpr. Curitiba: Juruá, 2011.

DOS SANTOS, GUILHERME. **Educação Superior: Reflexões a partir do advento da pandemia do covid-19**. Boletim de Conjuntura, Boa Vista, Volume 4, nº10, p. 108-114, 2020. Disponível em: https://revista.ufr.br/boca/article/view/Santos_et_al . Acesso em: 25/03/2021.

DIAS, Renato Duro. **Educação jurídica brasileira em tempos de pandemia**. Revista pedagógica universitária y didáctica del derecho, 2020. Disponível em: <<https://revistas.uchile.cl/index.php/RPUD/article/download/57762/61373/>>. Acesso em: 16 set. 2020.

Em 2023 as instituições privadas terão mais alunos no ensino a distância que no presencial, indica pesquisa da ABMES. ESAB. 26 de maio de 2018. Disponível em: <<https://esab.edu.br/em-2023-as-instituicoes-privadas-terao-mais-alunos-no-ensino-a-distancia-que-no-presencial-indica-pesquisa-da-abmes/>>. Acesso em: 25/03/2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: . Acesso em: 24/09/2020.

MARTINS, MÁRCIA CRISTINA; CACHAPUZ, ROZANE DA ROSA. **Da efetividade e celeridade do processo civil no Brasil através dos meios consensuais de resolução de conflitos: conciliação e mediação**. Revista do Instituto de Direito Constitucional e Cidadania, Londrina, v. 3, n. 2, p. 218-240, jul/dez. 2018. Disponível em: <https://faculdadeslondrina.com.br/ojs/index.php/revistaidcc/article/view/29>. Acesso em: 25/03/2021.

Primeiro caso de covid-19 no Brasil completa um ano. Agência Brasil, Brasília, 26 de fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-02/primeiro-caso-de-covid-19-no-brasil-completa-um-ano#:~:text=O%20Brasil%20identificou%20a%20primeira,a%20primeira%20morte%20pela%20doen%C3%A7a.>>. Acesso em: 25/03/2021.

OKUMURA, Renata. **Durante pandemia, 67% dos alunos têm dificuldade para organizar estudos online**. Do Estadão Conteúdo. 30 de outubro de 2020. Disponível em:< <https://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2020/10/30/durante-a-pandemia-67-dos-alunos-tem-dificuldade-para-organizar-estudos-online.htm#:~:text=Para%2082%2C6%25%20dos%20alunos,est%C3%A3o%20dando%20conta%20de%20estudar.&text=Tentar%20organizar%20minha%20rotina%20de,n%C3%A3o%20dispersar%20durante%20as%20atividades.>>. Acesso em: 25/03/2021.

OLIVEIRA, Elida. **Nº de alunos que abandonam faculdade deve subir após a pandemia, e setores poderão enfrentar falta de mão de obra. G1**. 13 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/09/13/no-de-alunos-que-abandonam-faculdade-deve-subir-apos-a-pandemia-e-setores-poderao-enfrentar-falta-de-mao-de-obra.ghtml>>. Acesso em: 25/03/2021.

PNAD Contínua TIC 2018: Internet chega a 79,1% dos domicílios do país. Agência IBGE Notícias, 29 de abril de 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27515-pnad-continua-tic-2018-internet-chega-a-79-1-dos-domicilios-do-pais>>. Acesso em: 25/03/2021

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. **Educação superior em tempos de pandemia: direito temporário aplicável e seu alcance**. Revista de Pesquisa e Educação Jurídica, 27 set. 2020. Disponível em: <<https://indexlaw.org/index.php/rpej/article/view/6526>>. Acesso em: 16 set. 2020.

TUON, Ligia. **Forte expansão das classes D e E deve marcar pós-pandemia no Brasil**. Exame. 02 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://exame.com/economia/forte-expansao-das-classes-d-e-e-deve-marcas-pos-pandemia-no-brasil/>>. Acesso em: 25/03/2021.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adelfos 11, 90, 91, 92, 93, 99, 100, 101, 102
Ambiente Virtual 82, 84, 86, 120, 245, 248
Avaliação do Desempenho 12, 185
Avaliações 10, 4, 26, 28, 31, 33, 34, 36, 38, 39, 40, 121, 126, 276

C

Carreira Docente 12, 18, 24, 104, 108, 111, 112, 113, 173, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 192, 193, 195, 196
Cidadania 11, 28, 29, 43, 44, 69, 73, 75, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 86, 89, 106, 126, 162, 198, 243, 271
Cidade 48, 51, 53, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 97, 128, 129, 141, 153, 252, 253, 254, 255, 257, 258, 259, 260, 261, 274, 294
Conciliação 12, 152, 159, 160, 161, 162, 165
Cor 13, 251, 252, 257, 258, 262, 266, 268
COVID-19 152, 153, 158, 159, 161, 162
Cultura 2, 7, 27, 29, 41, 44, 46, 48, 49, 50, 53, 54, 55, 56, 63, 64, 75, 78, 79, 91, 94, 120, 131, 135, 136, 137, 139, 144, 173, 175, 176, 177, 184, 196, 200, 202, 210, 215, 216, 223, 232, 241, 243, 244, 275, 280, 302
Cultura Organizacional 173, 175, 176, 177
Currículo 11, 61, 70, 76, 78, 81, 127, 141, 163, 167, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 208, 209, 223, 245, 276
Cursos de Licenciatura 10, 19, 20, 24, 57, 59, 61, 64, 65, 66, 105, 224

D

Desenvolvimento Profissional 185, 194, 288
Desigualdades Sociais 116, 118, 120, 125, 126, 249
Desnaturalização 12, 197, 203, 204, 206, 208
Docência 21, 22, 23, 24, 58, 60, 64, 65, 66, 67, 105, 106, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 126, 127, 130, 148, 149, 150, 163, 165, 166, 168, 170, 188, 194, 278, 279, 285, 290, 302

E

Educação 2, 9, 10, 11, 12, 13, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 43, 44, 45, 49, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 75, 81, 82, 83, 85, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 106, 109, 110, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 126, 127, 128, 130, 142, 143, 144, 146,

147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 161, 162, 163, 165, 167, 168, 171, 174, 175, 176, 180, 181, 183, 185, 188, 189, 190, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 239, 241, 242, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 270, 271, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 289, 290, 291, 292, 295, 296, 297, 299, 300, 301, 302

Educação a Distância 11, 116, 117, 118, 119, 120, 127, 156, 161, 250

Educação para o consumo 26

Educação Prisional 1, 2, 5

Ensino 10, 11, 12, 13, 4, 10, 11, 12, 16, 17, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 31, 32, 34, 35, 40, 43, 44, 46, 47, 48, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 76, 81, 82, 83, 85, 86, 104, 106, 110, 111, 113, 114, 115, 118, 119, 120, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 136, 138, 140, 141, 142, 148, 151, 152, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 161, 163, 164, 165, 166, 168, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 231, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 263, 268, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 302

Ensino-aprendizagem 10, 46, 47, 54, 55, 104, 110, 111, 113, 128, 140, 154, 166, 181, 213, 221, 289

Ensino de língua portuguesa 26, 31, 43, 56

Ensino de Sociologia 197, 202, 203, 204, 208

Ensino Superior 12, 13, 58, 62, 63, 64, 114, 152, 154, 156, 157, 158, 159, 164, 165, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 189, 195, 196, 218, 219, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 289, 290, 291, 292, 293, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 302

Escola 10, 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 17, 22, 23, 24, 26, 28, 29, 31, 40, 41, 42, 43, 45, 55, 59, 62, 69, 70, 75, 76, 77, 78, 79, 101, 105, 106, 110, 111, 112, 114, 115, 127, 128, 129, 131, 134, 148, 182, 201, 202, 204, 205, 209, 210, 215, 217, 222, 226, 232, 236, 238, 239, 240, 242, 243, 244, 247, 269, 274, 289

Escola em Tempo Integral 10

Estágio Supervisionado 10, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 165, 167, 168

Estatuto da Carreira Docente 173, 178, 180, 183, 185, 186, 195

Estranhamento 12, 74, 197, 203, 204, 206, 208

Etnomatemática 210, 216, 219, 221, 222, 223

Expansão 13, 28, 50, 156, 162, 186, 189, 191, 195, 200, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 285, 291, 292, 297, 299, 300

F

Filosofia da Diferença 116, 120, 122

Formação de professores 12, 56, 58, 59, 65, 67, 104, 109, 113, 119, 127, 143, 149, 150, 163, 164, 168, 171, 210, 214, 236, 240, 247, 270, 289, 302

Formação Docente 12, 17, 18, 21, 41, 57, 59, 63, 64, 65, 104, 110, 111, 113, 144, 149, 163, 165, 166, 167, 168, 171, 211, 213, 240, 241, 249

Formação dos Profissionais da Educação 13, 270

G

Geografia 16, 17, 32, 72, 81, 128, 129, 130, 131, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 154, 156, 162, 223

H

História em quadrinhos 11, 128, 130, 132, 141

I

Identidade Profissional 104, 114

IFSP 104, 105, 106, 107, 108, 109, 114

Importância 10, 11, 13, 12, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 30, 31, 41, 55, 59, 60, 70, 79, 83, 86, 87, 88, 97, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 113, 114, 120, 125, 128, 130, 131, 139, 144, 170, 191, 202, 206, 228, 241, 243, 245, 247, 249, 275, 278, 281, 283, 289, 295

Imprevisibilidade 90, 100, 101, 188

Inovação. Metodologia 116

Instituições Privadas 13, 161, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 289, 291, 292, 297, 299

Investigação 1, 2, 31, 34, 52, 138, 167, 173, 175, 180, 181, 182, 183, 185, 187, 190, 193, 194, 196, 233, 245, 251, 252

J

Jogos Didáticos 10, 11, 13, 15, 16

L

Letramento em Marketing 10, 26, 28, 30, 31, 32, 34, 35, 39, 40, 41, 43, 44

Léxico 10, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 56

Licenciatura Intercultural 210, 211, 213, 214, 215, 223, 224

Linguagens 30, 31, 39, 40, 61, 128, 129, 131, 207

M

Metodologia Ativa 10

Monitoria 12, 65, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172

N

Neoliberalismo 13, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276

Neossujeito 13, 270, 271, 272, 273

O

Observação 10, 7, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 65, 77, 138, 140, 173, 178, 186, 204, 215, 219, 251, 263

P

Patrimônio 252, 256, 263, 268, 300

Percepção 11, 19, 22, 29, 72, 86, 130, 143, 146, 148, 149, 163, 165, 177, 241, 248

PIBID 11, 66, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 168, 302

Prisão 10, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9

PROUNI 291, 292, 293, 296, 297, 298, 299, 300

Q

Qualidade 12, 21, 24, 25, 58, 59, 60, 110, 111, 113, 117, 119, 134, 149, 150, 166, 168, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 196, 245, 247, 275, 276, 279, 289, 297

R

Recepção Contemporânea 90

Redes Sociais 29, 30, 82, 85, 87, 88, 118

Regulamentação 12, 28, 173, 174, 178, 179, 181, 182, 183, 194, 198, 214, 296

Representação Social 143, 145, 146, 148, 150

Residência Educacional 10, 57, 58, 59, 60, 61, 64, 68

Responsabilidade 5, 29, 42, 82, 86, 87, 93, 96, 98, 121, 170, 171, 188, 197, 243, 247, 280, 300

S

Saberes 16, 43, 55, 57, 65, 94, 116, 117, 119, 123, 125, 126, 127, 150, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 243, 250, 258

T

Teatro/Poética do Oprimido 197, 200, 204

Terêncio 11, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 99, 101, 102

Território 11, 53, 55, 69, 70, 72, 73, 75, 76, 79, 81, 84, 213, 218, 219, 228, 229, 234, 293, 297

Tomada de Decisões 173, 176, 181

U

Uso Seguro 82, 85, 88

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 facebook.com/atenaeditora.com.br

A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

5

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 facebook.com/atenaeditora.com.br

A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

5